

-Geral para os Assuntos Europeus a partir da mesma data. É membro da Associação Portuguesa de Direito Europeu, desde Novembro de 2003. Foi membro do Conselho Superior de Assuntos Criminais (despacho n.º 76/MJ/98, de 9 de Junho). Na qualidade de conferencista, participou em vários colóquios e seminários, apresentando comunicações e proferindo conferências. É autora das seguintes monografias:

A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade (dissertação para exame do curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra), Coimbra, 1982.

A determinação da medida da pena privativa de liberdade, Coimbra, Coimbra Editora, 1995.

Novo olhar sobre a questão penitenciária. Estatuto jurídico do recluso e socialização. Jurisdicionalização. Consensualismo e prisão. Projecto de Proposta de lei de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, Coimbra Editora, 2000 (1.ª ed.); 2002 (2.ª ed.) Em co-autoria: Comentário da lei Tutelar Educativa, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (Anabela Miranda Rodrigues e António Carlos Duarte-Fonseca)

Para uma Política Criminal Europeia. Quadro e instrumentos jurídicos da cooperação judiciária em matéria penal no espaço da União Europeia, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (com José Luís Lopes da Mota). Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas, nacionais e estrangeiras, designadamente, de entre os mais recentes:

Jugendstrafrecht in Europa. Portugal, “Jugendstrafrecht in Europa”, Hans-Jörg Albrecht und Michael Kilchling (hrsg), 2002.

Criminal policy — new challenges, “Cahiers de Défence Sociale”, Mélanges en l’honneur de Louk Hulsman, 2003.

Confiance mutuelle et contrôle juridictionnel — une liaison nécessaire?, La confiance mutuelle, Gilles De Kerchove et Anne Weyembergh (dir.), Éditions de l’Université de Bruxelles, Institut d’Études Européennes, 2005.

L’exécution de la peine privative de liberté. Problèmes de politique criminelle, The implementation of prison sentences and aspects of security/ L’exécution des sanctions privatives de liberté et les impératifs de la sécurité, Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire, Actes du Colloque de la FIPP, Publication n.º 39, 2006.

El sistema de determinación de la pena en la Unión Europea, Fraude y corrupción en el derecho penal económico europeo. Eurodelitos de corrupción y fraude. Luis Arroyo Zapatero y Adán Nieto Martín (coord.), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2006.

O Eurojust e a construção europeia — entre a unidade e a diversidade, Scientia Iuridica, tomo LVI, n.º 309, Janeiro/Março de 2007.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 10931/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e, ainda, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 91/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral das Artes, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 47-D/2007, de 25 de Maio, publicada no DR, 1.ª série, n.º 102, de 28 de Maio de 2007, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Director-Geral das Artes, o licenciado Jorge Manuel Barreto Xavier, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Abril de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Cultura, *José António de Melo Pinto Ribeiro*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Jorge Barreto Xavier

Data de nascimento: 6 de Novembro de 1965

Habilitações académicas e profissionais:

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo feito a primeira especialização em Gestão das Artes reali-

zada em Portugal, em 1989, no Instituto Nacional de Administração. Foi consultor do Ministro da Cultura dos XV e XVII Governo Constitucional, tem desenvolvido actividade de consultoria e autoria para a Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação de Serralves, Casa Pia de Lisboa, entre outras entidades. Programou os seminários “O Espaço Público de Cultura nas Autarquias Locais” para a Fundação de Serralves e Centro de Estudos e Formação Autárquica (2007-2008). É membro fundador do projecto “Global Cultural Futures”, iniciativa conjunta do Center for Civil Society da University of Califórnia (UCLA) e do Centre for the Study of Global Governance da London School of Economics (LSE). Foi docente convidado do Mestrado em Estudos Curatoriais da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (edição 2006-2007). Foi vereador da Câmara Municipal de Oeiras, com os pelouros da Cultura, Juventude e Defesa do Consumidor (2003-2005); fundador e presidente da direcção do Clube Português de Artes e Ideias — CPAI, associação de utilidade pública (de 1986 a 2002); fundador, director e programador do “Lugar Comum” — Centro de Experimentação Artística, na Fábrica da Pólvora de Barcarena (de 1999 a 2002). Foi membro do Conselho Nacional da Educação (de 1997 a 2000); consultor do Presidente do Conselho de Administração da Fundação das Descobertas/Centro Cultural de Belém (de 1996 a 2000); foi director-geral da Bienal de Lisboa, no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura, assessor para os Assuntos Culturais da Reitoria da Universidade de Lisboa (1990/1994); autor e coordenador do Programa “Paideia — Arte nas Escolas”, acção conjunta do Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Juventude e Clube Português de Artes e Ideias em 150 escolas secundárias de todo o País (1991 a 1997). Foi membro e director de diversas redes culturais nacionais e internacionais, editor, autor e locutor de rádio e televisão, escreveu para jornais e revistas locais e nacionais. Tem diversos textos publicados na área da Cultura e Educação.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 10932/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, Maria de Lurdes Teixeira Gonçalves, das funções de Secretária pessoal do meu Gabinete com efeitos a 31 de Março de 2008.

3 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Despacho n.º 10933/2008

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria de Lurdes Teixeira Gonçalves para, no âmbito das suas qualificações académicas, prestar apoio técnico nas diversas áreas de intervenção do meu Gabinete, nos seguintes termos:

1 — A presente nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

2 — A remuneração mensal ilíquida é de € 2300, acrescida de subsídio de refeição, sendo esta a remuneração a tomar por base na determinação dos subsídios de férias e de Natal a que tiver direito.

3 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, a nomeada tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, de montante igual ao fixado para os adjuntos de Gabinete.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2008.

3 de Abril de 2008. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10934/2008

1 — Na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, através do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, e da Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, ficou estabelecida a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas.

3 — O Despacho Rectificativo n.º 10202/2008, de 8 de Abril de 2008, criou as Unidades Orgânicas Flexíveis da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, estabelecendo na alínea s) do artigo 1.º e no artigo 20.º, a Divisão de Energia e Questões Atómicas, integrada na Direcção de Serviços do Mercado Interno.

4 — Considerando que a mencionada Divisão sucedeu, no essencial, nas competências até agora atribuídas à unidade orgânica flexível integrada na Direcção de Serviços do Mercado Interno, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço da licenciada Maria Adelaide Aguilar Cardoso como Chefe de Divisão de Energia e Questões Atómicas.

6 — A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme curriculum vitae, em anexo.

7 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2008.

8 de Abril de 2008. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

ANEXO

Cardoso (Maria Adelaide Aguilar) — Nasceu em 5 de Outubro de 1958, em Sá da Bandeira, Angola; licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); técnica superior na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, em Julho de 1989; técnica superior principal, na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em Abril de 1999; Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Questões Científicas, Tecnológicas e Industriais da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em Janeiro de 2004; assessora, em 9 de Novembro de 2004.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 10935/2008

Por despacho de 03 de Abril de 2008

Maria Carolina Fernandes Estroia Gonçalves, Nuno Miguel Trabuço Nunes Vaz, Graça Maria Caria Rocha e Georgina Maria Alcobia Lourenço, técnicos superiores principais, da carreira técnica superior, de nomeação definitiva do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa — nomeados definitivamente, assessores, do mesmo quadro de pessoal e carreira, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, e alínea c) do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, sendo integrados no escalão 01, índice 610. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

4 de Abril de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretaria-Geral

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos

Aviso n.º 11531/2008

Faz-se público, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade, com referência a 31/12/2007, respeitante ao pessoal colocado em situação de mobilidade especial dos ex-Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da

Administração Pública (Gestão de Pessoal atribuída à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública), nos termos da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, se encontra afixada nestes Serviços para consulta dos interessados.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Março de 2008. — O Secretário-Geral, *J. A. de Mendonça Canteiro*.

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho (extracto) n.º 10936/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no D.R. n.º 39 de 25.02.08, o Despacho n.º 4912/2008, e no D.R. n.º 55 de 18.03.08, a Rectificação n.º 580/2008, relativo à subdelegação de competências do Director de Finanças de Aveiro, Telmo Joaquim da Rocha, deve considerar-se os mesmos nulos e sem qualquer efeito.

8 de Abril de 2008. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros

Rectificação n.º 815/2008

A 14 de Fevereiro de 2008, no *Diário da República* n.º 32 — 2.ª série, publicou-se a lista das obras públicas adjudicadas durante o ano de 2007, contendo três lapsos em valores, pelo que serve a presente para rectificação dos mesmos.

Assim, no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 32 — 14 de Janeiro, Anúncio n.º 829/2008

Empreitada n.º 1 — Remodelação do SF de Sintra 4 — Queluz,
- onde se lê: valor s/IVA — 5.450.940,34 deverá ler-se: valor s/IVA — 450.940,34

- onde se lê: valor c/IVA — 5.450.940,345 deverá ler-se: valor c/IVA — 545.637,81
45.637,81

Empreitada n.º 28 — Remodelação do SF de Almada 3,
- onde se lê: valor c/IVA — 256.092,38 deverá ler-se: valor c/IVA — 356.092,38

7 de Abril de 2008. — O Director-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Despacho n.º 10937/2008

Por ter sido autorizada a requisição, por um ano, do assessor principal de biblioteca e documentação José Luís Sobreda Antunes, para o exercício de funções na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2008, procede-se à alteração do Anexo constante do Despacho n.º 10073/2008, publicado no *Diário da República* n.º 68, 2.ª série, de 7 de Abril de 2008, rectificando-se a lista nominativa dos funcionários das ex-Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais e da ex-Direcção-Geral de Estudos e Previsão colocados em situação de mobilidade especial, com efeitos a 1 de Abril de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Director-Geral, *Nuno Sousa Pereira*.

ANEXO

Lista nominativa dos funcionários dos quadros da ex-DGAERI e ex-DGEP colocados em situação de mobilidade especial, com efeitos a 1 de Abril de 2008

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice	Obs.
Lucinda Casares Alves Mendes	Nomeação definitiva	Assistente Administrativa	Assistente Administrativa Especialista	4	316	Por opção voluntária
Isabel Maria Lourenço Bernardo Rodrigues Teixeira	Nomeação definitiva	Assistente Administrativa	Assistente Administrativa Principal	2	233	
Lúcia de Jesus Maria Fernandes	Nomeação definitiva	Auxiliar Administrativa	Auxiliar Administrativa	5	170	